

Autores | Authors

Eloisa Gonçalves da Silva
Torlig*

[eloisatorlig@gmail.com]

Pedro Carlos Resende
Junior**

[pcrj73@gmail.com]

Lana Montezano***

[lanamontezano@gmail.com]

Ricardo Ken Fujihara****

[ricardowho@gmail.com]

**INOVAÇÃO SOCIAL EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS QUANTO
ÀS PRÁTICAS COCRIATIVAS E GERAÇÃO DE VALOR****SOCIAL INNOVATION IN UNIVERSITY EXTENSION:
PERCEPTION OF ACTORS INVOLVED IN TERMS OF
CO-CREATIVE PRACTICES AND VALUE GENERATION**

Resumo: O artigo tem como objetivo avaliar as dimensões de inovação social em um projeto de extensão universitária intitulado “Controle Social: Aprenda a ser um Auditor Social”, explorando as práticas cocriativas e o valor percebido pelos atores envolvidos (alunos e coordenador do projeto). A pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa, a partir de pesquisa documental e entrevistas com o coordenador e os alunos participantes do projeto. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo com categorias definidas *a priori*, considerando as dimensões de inovação social em projetos de extensão propostas por Tardif e Harrisson (2005). Os resultados evidenciaram que as atividades das oficinas, cocriadas entre professores e alunos, contribuíram para a aprendizagem do trabalho coletivo; evidenciaram ainda que a participação efetiva viabilizou a formação de redes e de parcerias para a potencialização da aprendizagem e da transformação social. Observou-se que os alunos consideraram-se beneficiários e multiplicadores da metodologia, reconhecendo o potencial inovador e social do projeto, tanto na integração com os professores, para a produção de novas metodologias de ensino, como na possibilidade de levar novos conhecimentos, inclusão e empoderamento para a comunidade.

Palavras-chave: Inovação Social; Cocriação; Extensão Universitária; Aprendizagem Colaborativa.

Abstract: The article aims to assess the dimensions of social innovation in a university extension project, entitled “Social Control: Learn to be a Social Auditor”, exploring co-creative practices and the value perceived by actors involved (students and project coordination). The research is descriptive with a qualitative approach, based on documentary research and interviews with the coordinator and students participating in the project, with the collected data submitted to content analysis with categories defined *a priori*, considering the dimensions of social innovation in proposed extension projects. by Tardif and Harrisson (2005). The results showed that the activities of the workshops, co-created between teachers and students, contributed to the learning of collective work and that the effective participation enables the formation of networks and partnerships to enhance learning and social transformation. It was observed that students considered themselves beneficiaries and multipliers of the methodology, recognizing the innovative and social potential of the project through the integration of teachers and students, in the production of new teaching methodologies and in the opportunity to bring new knowledges, inclusion and empowerment for the community.

Recebido em: 16/06/2020

Aceito em: 07/08/2020

Keywords: Social Innovation; Co-creation; University Extension; Collaborative Learning.

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas, o contexto político, econômico, administrativo e social brasileiro tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado. Governos em todo o mundo têm estado sob permanente pressão da sociedade para responder as demandas dos cidadãos e a crescente complexidade de seus ambientes (ALBERTI; BERTUCCI, 2006), percebendo a inovação social como mecanismo tracionador de sustentabilidade e extensor de uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico (VAN WIJK *et al.*, 2019). No entanto, Jacobi e Chiappero-Martinetti (2017) afirmam que a investigação empírica da inovação social e dos seus efeitos são um terreno muito pouco explorado; as dificuldades vão desde a complexidade conceitual dos processos de inovação social até a implementação empírica.

Para Cunha e Benneworth (2013), uma verdadeira inovação social ocorre com a mudança dos sistemas por meio de soluções inovadoras em comunidades de aprendizagem, abrangendo fronteiras para criar valor social e para promover o seu desenvolvimento, desafiando as instituições sociais existentes através da ação colaborativa e desenvolvendo redes mais amplas. Esses autores propõem que as contribuições de universidades para o desenvolvimento social podem ser potencialmente compreendidas pela sua capacidade de gerar inovação social. A universidade, em sua completude, além de promover e disseminar conhecimento, é capaz de transformar a realidade; de formar cidadãos comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável; e de buscar permanentemente soluções inovadoras. Esse processo pode ser compreendido através do princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse entendimento, Cunha e Benneworth (2013) e Elliot (2013) mencionam que pode existir uma interligação entre a troca de conhecimento universitário e a ocorrência de inovação social, pois a intervenção junto à sociedade pode propiciar espaços de mobilização, aprendizagem e mudanças. Felten *et al.* (2014) destacam a importância de uma parceria biunívoca, que pode ser entendida como um processo colaborativo e recíproco em que todos os participantes trabalham para a realização de várias atividades currículo-pedagógicas.

Dessa forma, as universidades são desafiadas a recuperar o protagonismo social, não se limitando somente às atividades de ensino e de pesquisa, mas desenvolvendo projetos de extensão e de inovação social, numa espiral de engajamento, permitindo a inclusão de abordagens de aprendizagem e de desenvolvimento baseadas em respostas aos desafios sociais (KUMARI *et al.*, 2020). Essa necessidade de as universidades apresentarem-se

como protagonistas de projetos de extensão e inovação social em respostas aos desafios sociais contemporâneos também foi apontada por Bayuo, Chaminade e Göransson (2020) ao estudarem a realidade europeia. Em pesquisa no Brasil, Thomas e Pugh (2020) constataram que as universidades realizam um trabalho significativo sob a agenda da "missão social", que está mais alinhada com as conceituações de inovação social e de empreendedorismo do que com um modo econômico por si só.

Considerando a perspectiva contemporânea de extensão universitária, destaca-se o projeto de extensão de uma universidade federal intitulado "Controle Social: Aprenda a ser um Auditor Social". O projeto tem o intuito de capacitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para exercer o controle social da gestão governamental. No projeto, são realizadas oficinas temáticas que contribuem para a disseminação de informações sobre a gestão das finanças públicas para a sociedade. As oficinas utilizam uma nova metodologia e uma forma didática de apresentação (COSTA *et al.*, 2014).

Considerando o latente alinhamento entre a extensão universitária e a inovação social (BAYUO; CHAMINADE; GÖRANSSON, 2020), bem como os mecanismos de colaboração entre os atores, o objetivo deste estudo é avaliar as dimensões da inovação social no projeto de extensão mencionado, explorando as práticas cocriativas e o valor percebido pelos atores envolvidos no projeto, sob a ótica tanto dos alunos quanto da coordenação do projeto. Para tanto, será utilizado o estudo de Tardif e Harrisson (2005), apresentado na literatura como referência do campo de pesquisa em inovação social. Os autores analisaram 49 projetos desenvolvidos por pesquisadores do *Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales* (CRISES) e chegaram a cinco dimensões de inovação social: transformações, caráter inovador, inovação, atores e processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inovação Social

A inovação social vem ganhando destaque nos últimos anos nas esferas acadêmica, governamental e empresarial (CUNHA; BENNEWORTH, 2013). Segundo Howaldt e Schwarz (2017), as inovações sociais estão ganhando cada vez mais importância e apresentam bases e ferramentas para refletir de forma inter-setorial sobre padrões estabelecidos de pensamento e comportamento, colaborando para a troca de diferentes pontos de vista e trazendo mudanças abrangentes e direcionadas. Com isso, os

conceitos e as práticas referentes ao tema têm se expandido e vêm adquirindo novos significados.

Em um sentido amplo, Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) sustentam que a inovação social é uma ideia nova ou uma melhoria que atende e cria novas relações sociais, tornando-se um fenômeno capaz de aprimorar o agir em sociedade. Cukier e Jackson (2018), além de considerarem a inovação social como uma nova configuração de práticas na área da ação social, impulsionadas por determinados atores, para melhor lidar com necessidades e problemas sociais existentes, apresentaram também inovações em sistemas maiores, trazendo o debate “inovações sociais menores *versus* inovações radicais que transformam sistemas”, envolvendo inclusive interesses, políticas e poder. Ravazzoli e Lopes (2020) entendem a inovação social como uma plataforma implementada de forma escalável capaz de gerar mudança de práticas sociais e reposicionamento de atores como resposta aos desafios sociais de um contexto.

Avelino *et al.* (2019) apontam que a inovação social pode ser entendida como qualquer plataforma de desenvolvimento e fortalecimento dos papéis dos agentes de um contexto de forma sustentável e escalável, transformando a produção e a gestão dos artefatos sociais. Com isso, os autores descrevem que a inovação social tem pressuposto transformativo no poder dos atores, nas rotinas e nos fluxos de recursos em um contexto. Nesse sentido, Mehmood *et al.* (2020) sustentam que a inovação social desenvolve ações regenerativas de contexto a partir da aprendizagem transformativa dos atores e dos espaços.

A partir desses conceitos temporais, foi possível observar a evolução e os (re)significados do tema nas últimas décadas. Nesse sentido, Ravazzoli e Lopes (2020) afirmam que não há um consenso sobre a definição de inovação social e sobre a sua abrangência, percebendo-se variações de plataformas, arquiteturas e escalabilidade.

Para Kimbell e Julier (2019), o desenho social se desenvolve por meio da coprodução com atores sociais orientados para a mudança. Abordar questões sociais pode fornecer a motivação e os fundamentos com os quais os participantes podem trabalhar, juntos, em direção aos resultados pretendidos, ao mesmo tempo em que buscam a produção de novos conhecimentos. Sob a ótica do bem-estar social, a inovação social trata de resolver os desafios sociais para melhorar o bem-estar, e de entender como o desenvolvimento de novos conceitos, estratégias e ferramentas pode apoiar grupos na realização desses objetivos (DAWSON; DANIEL, 2010).

Referente ao conhecimento e ao aprendizado, a inovação social é construída de maneira coletiva pelo uso compartilhado de conhecimento, sendo esse próprio conhecimento, e/ou a maneira de reorganizar algo, o processo inovador (NORMAN;

VERGANTI, 2014). Ao concluir seu estudo sobre inovação social regional, Terstriep, Rehfeld e Kleverbeck (2020) reforçam que a troca de conhecimento entre inovadores sociais contribui claramente para o avanço da base de conhecimento dos inovadores e para o estabelecimento de uma forte plataforma global de atividades de inovação social. Yee, Raijmakers e Ichikawa (2019), por sua vez, destacam o aprendizado, indicando que mudanças pessoais e transformadoras ocorridas nos participantes como resultado de seu envolvimento em programas de inovação social são, muitas vezes, o impacto mais significativo e poderoso da inovação social.

Ao analisar as definições ao longo do tempo, é possível estabelecer dois aspectos comuns: (i) desenvolvimento de soluções inovadoras; e, (ii) atendimento das necessidades e anseios sociais. Como foco desse estudo, foi adotado o conceito do CRISES (2010), que define inovação social como:

Um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, na intenção de mudar as relações sociais, de transformar um quadro de ação ou de propor novas orientações culturais. (CRISES, 2010, p. 5).

É importante, nesse contexto, compreender o conceito de inovação social, pois além de novos conhecimentos ou tecnologias para melhorar as circunstâncias sociais, o conceito também envolve a recombinação ou uma nova aplicação de conhecimentos já existentes (DAWSON; DANIEL 2010). Ademais, uma inovação social se caracteriza à medida que é aceita e amplamente difundida por grupos sociais ou pela sociedade em geral, sendo percebida a capacidade de geração de mudanças e a transformação da realidade, e, posteriormente, sendo institucionalizada como nova prática social ou rotina (VAN WIJK *et al.*, 2019).

A literatura de inovação social lista várias barreiras à inovação social. Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010), por exemplo, categorizaram quatro áreas principais: acesso ao financiamento; disponibilidade de modelos de escala; habilidades e formação insuficientes; e ausência de redes e intermediários.

Dimensões de Inovação Social

O modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005) introduziu a tabela denominada “Enciclopédia Conceitual de Inovação Social do CRISES”. No Brasil, Souza e Silva-Filho (2014) usaram o termo “dimensões” para operacionalizar os elementos da tabela em diferentes contextos. Nesse modelo, as dimensões

para a realização da inovação são as transformações, o caráter inovador, as inovações, os atores e os processos.

Segundo Tardif e Harrisson (2005), a dimensão das **Transformações** busca identificar os contextos macro e micro no qual uma inovação social é desenvolvida, tendo em vista que as mudanças econômicas e sociais podem provocar problemas estruturais. A dimensão **Caráter Inovador** abrange as soluções inovadoras encontradas pelos atores sociais para contornar os cenários de crise. Essa dimensão é estabelecida pelos aspectos envolvidos, pela economia e pela ação social, que direciona a inovação por escala, tipo de inovação e finalidade; o foco pode ser atender um bem comum, o interesse geral, o interesse coletivo ou a cooperação. Unceta, Castro-Spila e Fronti (2017) destacam a governança nas vertentes institucional, econômica e social, reforçando e corroborando o aspecto do modelo destacado por Tardif e Harrisson (2005).

A **Inovação** propriamente dita também é uma das dimensões propostas pelo CRISES e tem como objetivo desenvolver

o indivíduo ou o território (TARDIF; HARRISSON, 2005). Outro ponto a ser analisado são os **Atores** da inovação, que, segundo o modelo, podem ser atores sociais, organizações ou instituições, e intermediários. Tardif e Harrisson (2005) destacam que a inovação coloca em perspectiva a participação e o envolvimento de múltiplos intervenientes, sendo um problema fundamental o fortalecimento das condições para a participação das organizações da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, comunidade, voluntários e cooperativas) no desenvolvimento e implementação de projetos inovadores com outros atores institucionais e particulares.

Por fim, para os autores, a dimensão do **Processo** de uma inovação social é geralmente vista como uma série de etapas que levam à criação, à implantação e à difusão da inovação social em um determinado contexto. Nesse sentido, são analisados os processos de inovação, divididos em modos de coordenação, meios envolvidos e restrições. Novamente, Tardif e Harrisson (2005) apontam que uma vez que se estabelece a le-

Quadro 1 – Dimensões de análise de inovação social

Transformações	Caráter Inovador	Inovação	Atores	Processo
Contexto Macro/Micro Crise Ruptura Descontinuidade Modificações estruturais	Modelo De Trabalho De desenvolvimento e governança	Escala Local	Sociais Movimentos cooperativos/ comunitários/ associativos Sociedade civil Sindicatos	Modo de coordenação Avaliação Participação Mobilização Aprendizagem
Econômico Emergência Adaptação Relações entre trabalho/produção e consumo	Economia Do saber/conhecimento Mista Social	Tipos Técnicas Sociogênica Social Organizacional Institucional	Organizações Empresas Organizações de economia social Organizações coletivas Destinatários	Meios Parcerias Integração Negociação Empoderamento Difusão
Social Recomposição Reconstrução Exclusão/ marginalização Prática Mudança Relações Sociais	Ação Social Tentativas Experimentos Políticas Programas Arranjos institucionais Regulamentação social	Finalidade Bem comum Interesse geral Interesse coletivo Cooperação	Instituições Estado Identidade Valores/normas	Restrições Complexidade Incerteza Resistência Tensão Compromisso Rigidez institucional
			Intermediários Comitês Redes sociais/de alianças/de inovação	

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005) e de Souza e Silva-Filho (2014).

gitimidade do projeto de inovação e seus benefícios, este pode servir como um possível modelo para outras necessidades semelhantes. Assim, ao observar o contexto e as condições para o surgimento da inovação social, além dos processos que estão vinculados à inovação, tais como os atores, os modos de coordenação e os meios e as restrições existentes, é possível obter um retrato de experimentação e avaliação da inovação social. O Quadro 1 consolida as dimensões de inovação social com a categorização dos aspectos abordados em cada uma delas.

Cocriação, Extensão universitária e Inovação social

Ressalta-se que a concepção atual sobre a extensão universitária vai além da sua concepção tradicional de disseminação de conhecimentos e de práticas assistenciais. Almeja-se que o conhecimento seja produzido com a participação efetiva da comunidade, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas sociais, através de uma estratégia democratizante e significativa para a mudança da sociedade (FORPROEX, 2012). Dessa forma, a extensão universitária, como uma forma de “interação dialógica”, traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria universidade pública. A Resolução 07/2018, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (CNE, 2018, p. 1).

Considerando que a universidade é um espaço propício à geração de conhecimentos e inovações, e que a extensão universitária possibilita as relações com a sociedade, estabelecendo uma via de mão dupla, entrelaçando os conhecimentos e saberes em um processo de aprendizagem recíproco, é possível vislumbrar uma interligação entre a troca de conhecimento universitário e a ocorrência de inovação social, pois a intervenção junto à sociedade pode propiciar espaços para mobilizações, aprendizagens e mudanças (CUNHA; BENNEWORTH, 2013; ELLIOT, 2013).

Nesse desafio, a missão social da universidade pode proporcionar o desenvolvimento institucional pela inter-relação do ensino e da extensão, reforçando as dinâmicas de cada função

por meio do desenvolvimento recíproco e contínuo (VORLEY; NELLES, 2008). Nessa perspectiva, Athanasiou (2007) reforça a importância da colaboração no processo de aprendizagem, de modo a criar significado pela mudança de abordagem, mais centrada no estudante, o que o autor chama de “aprendizagem colaborativa”.

Nesse sentido, a aprendizagem colaborativa pode ser entendida como uma forma de cocriar, de modo que o aprendiz seja direcionado à autonomia, incentivando a colaboração e a cooperação mútua (ATHANASIOU, 2007). No ambiente educacional, o professor deve atuar como facilitador do conhecimento, utilizando uma abordagem relacional em que o serviço de aprendizagem esteja orientado pela própria aprendizagem, de modo que a geração de valor esteja voltada para a motivação dos estudantes, bem como para a relação dos professores com os alunos, nas possibilidades de cocriação (ABRANTES; SEABRA; LAGES, 2007; DEBNATH, TANDON; POINTER, 2007). Assim, nas atividades extensionistas, o compartilhamento de experiências, bem como os espaços de discussões, questionamentos e interação podem favorecer o ambiente de ensino-aprendizagem.

A criação de conhecimento para a inovação social ocorre quando o conhecimento é criado através do próprio processo de realização do trabalho: o processo de aprendizagem é iterativo, democrático, contextualizado, permitindo trabalhar em diversos grupos, combinando recursos e compartilhando experiências (RESTLER; WOOLIS, 2007).

Nesse sentido, a inovação social deve ser considerada uma estratégia no ensino superior, e seu desenvolvimento deve ser coerente com os valores e a missão da universidade (ELLIOT, 2013). Ainda segundo o autor, a inovação social no ensino superior é um compromisso radical e arriscado, porque torna explícita a necessidade de educadores pesquisarem e transferirem conhecimentos nessa temática, tornando-se um desafio que as universidades devem aceitar para sustentar sua influência num mundo de mudanças que cada vez mais questiona o real papel das instituições de ensino superior. Espera-se do ensino superior que diplomados altamente qualificados contribuam para o desenvolvimento econômico, bem como para a inovação social, que tem um papel importante na construção de capital social, promovendo melhoria nas oportunidades de vida, na inclusão social e na construção de comunidades, conectando, portanto, a dimensão social à educação (ELLIOTT, 2013).

A dinâmica da inovação social ainda está ligada à capacidade de liderança para estabelecer parcerias com outros atores, de modo que a participação de intermediários facilita a formação de projetos individuais e

alianças de longo prazo com outros atores (MANNING; ROESSLER, 2014). Ao abordar o tema das relações colaborativas, Caroli *et al.* (2018) apresentam uma taxonomia de inovação social, reforçando a importância da participação das organizações sem fins lucrativos, das organizações de lucro, das organizações públicas e das organizações comunitárias.

Para esse estudo, entende-se que a extensão universitária – democrática e colaborativa, instrumentalizadora do processo dialético de teoria/prática, que se problematiza de forma disciplinar e que possibilita uma visão ampla e integradora da realidade social – pode ser vista como um espaço propício para a geração de inovação social.

MÉTODO

Caracterização e procedimentos da pesquisa

Considerando o objetivo estabelecido, foi realizado um estudo teórico-empírico de natureza descritiva, com recorte transversal. Adotou-se a abordagem qualitativa, de modo a permitir identificar a percepção do fenômeno no contexto em que ocorre, sob a perspectiva dos alunos que participaram do projeto de extensão que é foco da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de três fontes: (i) pesquisa bibliográfica para identificação do modelo de referência da pesquisa e fundamentação teórica necessária para consecução do objetivo do estudo; (ii) pesquisa documental acerca do projeto de extensão e das informações disponíveis no Sistema de Extensão da Universidade de Brasília (SIEx/UnB), para compreensão e identificação de informações relacionadas às dimensões da inovação social; e (iii) entrevistas, a fim de que o entrevistado tivesse maior liberdade para fazer declarações livres e para que se aprofundasse a percepção dos participantes na pesquisa. As entrevistas foram realizadas com o coordenador do projeto de extensão, considerando a visão gerencial e estratégica da extensão universitária, e com alunos que participaram das atividades de extensão, a fim de investigar o valor percebido pelos alunos sobre o projeto.

Como instrumento de pesquisa, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com 11 questões relacionadas às cinco dimensões de inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005). As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos participantes. Com os alunos, as entrevistas tiveram duração média de aproximadamente 90 minutos. Com o coordenador do projeto de extensão, a entrevista durou 30 minutos.

A amostra das entrevistas foi definida pela técnica de saturação teórica (FALQUETTO; FARIAS, 2016), ou seja, conside-

rando o momento em que se torna improdutiva a continuidade da coleta em função da redundância de categorias identificadas. Em função disso, obteve-se uma amostra de 11 entrevistados, sendo um coordenador e 10 alunos participantes do projeto (estudantes de graduação da UnB).

As entrevistas foram transcritas, e utilizou-se a análise de conteúdo segundo Bardin (2016). Esse protocolo constitui um conjunto de técnicas de análise sobre os segmentos de texto e permite a inferência de conhecimentos sobre o *corpus*, possibilitando, a partir da revisão de literatura, extrair relações entre as categorias definidas *a priori*, além de possibilitar criar novas categorias a partir dos dados primários.

Caracterização do projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social”

Segundo informações disponíveis no SIEx – Sistema de Extensão da Universidade de Brasília, o projeto “Controle Social: aprenda a ser um Auditor Social”, vigente desde 2014, faz uso do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) e do Portal de Transparência com o intuito de orientar a comunidade acadêmica e a sociedade quanto ao acesso a informações governamentais disponíveis na *Internet*.

Segundo Costa *et al.* (2014), a justificativa da iniciativa do projeto é que, após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação, a sociedade brasileira demanda por capacitação para ter condições de exercer o direito constitucional de fiscalizar a gestão pública, ou seja, cada brasileiro pode se tornar um auditor social. Assim, o objetivo do projeto é capacitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para exercer o controle social da gestão governamental, disseminando para a sociedade o conhecimento que é construído em sala de aula.

A metodologia pedagógica da oficina temática é composta por ações de esclarecimento sobre o programa de extensão; sensibilização; provocação e atividade prática. Respectivamente, as atividades propostas são: apresentação das atividades da oficina e do projeto; exposição de conceitos relacionados ao controle social e à transparência pública; discussão dos instrumentos de controle social e transparência pública disponíveis na *Internet*; socialização do grupo; acesso aos portais de transparência e-SIC e/ou ouvidorias, e aplicação de questionário (COSTA *et al.*, 2014).

Assim, o projeto de extensão propõe que a comunidade acadêmica e a sociedade participem de oficinas (encontros presenciais) para receber orientações de como pesquisar na *Internet* informações orçamentárias e financeiras e informações de compras e de gastos governamentais diversos. As ofi-

cinas também ensinam os participantes a questionar qualquer informação que julgarem pertinentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 2 apresenta a avaliação das dimensões de inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005) no projeto de extensão “Controle Social: aprenda a ser um Auditor Social”, comparando os fatores teóricos com os fatores empíricos iden-

tificados na pesquisa; além de contemplar exemplos de trechos das entrevistas que permitiram a associação com o modelo teórico.

Evidencia-se que a motivação dos atores circunda a missão social da universidade e a pertinência do tema para a sociedade, podendo-se considerar sua atuação como protagonista social, conforme apontado por Kumari *et al.* (2020) e Thomas e Pugh (2020). Nesse sentido, os alunos compreendem que o tema é relevante, e que ele é, de fato, um problema social, pois

Quadro 2 – Avaliação das dimensões da inovação social

Dimensão	Fatores teóricos	Fatores empíricos	Trechos das entrevistas
Transformação	Contextos de crise, ruptura, descontinuidade e mudanças estruturais	A primeira iniciativa surge da vulnerabilidade econômica de um aluno. Já envolvido no ambiente de extensão, o coordenador identifica uma necessidade social acerca da compreensão dos dados governamentais e desenvolve o projeto sobre controle social.	“[...] em 2011, um aluno me procurou e disse: professor, o senhor não poderia lançar um projeto para eu poder concorrer a uma bolsa? Claro, que tinha todas as regras do edital [...] depois, percebendo a motivação de outros alunos de participar e a dificuldade das pessoas de entenderem o Governo, e pela própria filosofia da extensão, pensei: vamos capacitar a sociedade!” (coordenador)
	Contextos onde a inovação ocorre, motivação, mudanças nas relações sociais	O coordenador do projeto vislumbrou uma oportunidade de vincular a sua área de pesquisa com a própria filosofia da extensão. Os atores sociais do projeto compreendem a relevância do tema para a sociedade.	“Quando vi a temática, achei interessante, porque é mais o olhar da sociedade, eu vejo muito a extensão como: você é o agente de mudança e você pode fazer uma mudança no seu meio” (E10) “O que me motivou foi a proposta social, ligada à interdisciplinaridade na qual o projeto é estabelecido, e pela necessidade de saber cobrar o bom uso do dinheiro público” (E6)
Caráter inovador	Necessidade de os atores repensarem suas ações e formularem novas soluções, tanto econômicas quanto sociais. Novos arranjos sociais e institucionais	Destacam-se como elementos inovadores a metodologia de oficinas sobre o controle social, a própria temática do projeto, a abordagem diferenciada dentro do curso de Contabilidade e a facilitação do acesso e da interpretação dos dados governamentais.	“Para mim, o projeto é inovador pela própria temática. É interessante porque proporciona a alunos de toda a universidade a possibilidade de aprender a exercer o controle social” (E3) “O projeto desmitifica a dificuldade que as pessoas comuns têm para compreender as informações numéricas que os órgãos públicos disponibilizam, o projeto tem ensinado às pessoas que a informação é pública, está disponível e é de fácil acesso” (E2)
	Uma inovação social decorre de iniciativas, experimentos e tentativas	Percebe-se que o projeto teve uma fase de planejamento que levou aproximadamente 2 anos, desde o momento da sua concepção até a implementação da oficina.	“A primeira iniciativa do projeto foi em 2011, começou a ser construído em 2012 e 2013, foi aprovado institucionalmente em 2013, e a primeira oficina aconteceu em 2014” (coordenador)
Inovação	Uma inovação social possui como finalidade o bem comum, o interesse geral e coletivo, por meio da cooperação	A inovação é percebida pelos atores sociais como resultados ou entregas, em vários contextos. Os alunos destacaram benefícios nas perspectivas profissional, acadêmica e social.	“O projeto me ajudou a conseguir um emprego de auditoria independente, onde agreguei ao meu currículo a experiência obtida no projeto e sinto que isso foi um diferencial” (E1) “Percebi que após entrar no projeto ganhei uma visão mais crítica sobre as obrigações da Administração Pública e também sobre minhas obrigações como cidadã” (E7)
	Quando identificado um determinado problema, os atores são impulsionados a encontrar determinadas soluções	Observa-se que o projeto foi formado através de um objetivo comum. Assim, a definição da finalidade do grupo privilegia as necessidades da coletividade e o bem comum dos envolvidos.	“O projeto busca compartilhar conhecimento quanto ao acesso de dados do governo não disponíveis, formar cidadãos conscientes (...)” (E1)
Atores	Colaboração e participação de vários stakeholders	Diversos atores são envolvidos no projeto de extensão (Decanato de Extensão coordenadores, alunos, professores e comunidade). Porém, destaca-se que a participação de atores governamentais e um maior engajamento da sociedade poderiam potencializar os resultados e benefícios do projeto.	“[...] acredito que aumentar as parcerias com o Governo traria muitos benefícios para a sociedade” (coordenador) “Uma ideia boa também seria ampliar para os próprios servidores dos órgãos [...] seria interessante aumentar o grupo multiplicador, envolver os membros dos Conselhos Tutelares, da área da Saúde, e as Faculdades privadas” (E2)
	“Mistura” entre as identidades, normas e valores de cada ator. Processo de aprendizagem	Percebe-se que as atividades do projeto de extensão são cocriadas entre os professores e os alunos. Ademais, observa-se a relevância do trabalho em equipe e o papel de intermediador do professor.	“[...] a gente trabalha em equipe, as pessoas se desenvolvem a partir do momento que elas compartilham as ideias e elas precisam caminhar juntas” (E10) “As atividades são intermediadas pelo professor, fazendo uma ponte entre os alunos, isso ajuda no compromisso do grupo em geral” (E6)
Processo	Corresponde a uma série de etapas que levam à implementação de uma inovação social.	O projeto inicia com algo que é produzido internamente, tanto em sala de aula quanto no laboratório de finanças e gestão governamental. Depois, o produto é exposto em oficinas, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade.	“O projeto é pensado para envolver alunos nos diversos temas discutidos em sala de aula e no laboratório, para dar suporte às oficinas, pois é entendendo as dificuldades do dia a dia ali na sala de aula que podemos traduzir algo de qualidade para a sociedade” (coordenador)
	A avaliação dos processos é essencial para identificar inflexibilidades institucionais que possam restringir o processo de inovação e difusão	As principais barreiras referem-se ao suporte administrativo, às restrições financeiras e às dificuldades de conciliar a vida acadêmica com as atividades de extensão. Já como facilitadores, destacam-se a metodologia fácil, e o envolvimento e a dedicação dos professores no projeto, além do apoio institucional.	“O projeto de extensão, basicamente, é a minha motivação, porque nós não temos pessoal diretamente vinculados aos projetos” (coordenador) “Existe a dificuldade de conciliar sua vida acadêmica e as atividades do projeto” (E6) “Achei muito didático, não tive dificuldade, todo mundo se ajudava” (E9)

Fonte: Elaborada pelos autores.

muitas pessoas não têm acesso aos dados governamentais e não exercem o controle social por desconhecimento. Logo, a geração de valor no ambiente educacional se relaciona com a motivação e com a construção de sentido, tanto para os professores quanto para os discentes (DEBNATH; TANDON; POINTER, 2007).

Em particular, as universidades têm a capacidade de atuar como “âncora” no processo de inovação social, e, com isso, podem complementar o conhecimento dos usuários com abordagens científicas, métodos e ferramentas, bem como apoiar substancialmente o trabalho em rede (HOWALDT; SCHWARZ, 2017). Nesse sentido, percebe-se que as atividades do projeto de extensão são cocriadas entre os professores e os alunos, permitindo uma aprendizagem colaborativa direcionada à autonomia e à cooperação mútua, o que dialoga com Athanasiou (2007). Destaca-se, ainda, que a interação e a participação ativa, em atividades dentro e fora de sala de aula, viabilizam a cocriação de valor (ABRANTES; SEABRA; LAGES, 2007).

Quando as pessoas se envolvem na busca de uma solução inovadora para um problema complexo, nota-se que elas compartilham conhecimento; logo, nos processos em que o conhecimento é trocado, aplicado ou recombinao, novos conhecimentos são criados. Além disso, relações sociais existentes são reinterpretadas e reinventadas (KIMBELL; JULIER, 2019; REHFELD; KLEVERBECK, 2020; RESTLER; WOOLIS, 2007). É possível perceber, portanto, que, no âmbito do projeto, os atores constituíram novos arranjos institucionais oriundos da atuação coletiva entre professores, alunos e comunidade.

Assim, no contexto universitário, o trabalho colaborativo dos profissionais acadêmicos e não acadêmicos, apoiado por atividades de mobilização de conhecimento, pode resultar em inovações sociais (KREBS *et al.*, 2008). Nesse sentido, no âmbito do projeto, observa-se que os alunos que participaram da produção do projeto se consideraram beneficiários e multiplicadores da metodologia, uma vez que a utilizaram em novos contextos, o que, de alguma forma, trouxe contribuições profissionais, acadêmicas e sociais. Logo, a mobilização de conhecimentos pode gerar valor para a instituição, bem como para os *stakeholders*, tanto no aspecto do aprendizado adquirido, quanto no aspecto das mudanças pessoais e sociais, conforme apontado por Yee, Raijmakers e Ichikawa (2019).

Destacam-se, ainda, a motivação pessoal do coordenador e dos professores envolvidos, e a importância dos alunos para o sucesso do projeto. Além disso, é possível compreender o Decanato de Extensão (DEx) como um ator estratégico. Desse modo, os atores aprendem novos conhecimentos e habilidades, e o intercâmbio de informações pode resultar em uma

aprendizagem coletiva, o que pode levar, então, à geração de novas regras e padrões sociais. Nesse contexto, as universidades podem ser compreendidas como intermediadoras de inovação, haja vista que podem facilitar a conexão de ideais, recursos, pessoas e métodos, além de desempenhar um papel fundamental na promoção de uma abordagem aberta, em rede, e de colaborar para a inovação social (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Ficou evidenciado, também, que a participação efetiva da sociedade e a formação de redes/parcerias tendem a potencializar a aprendizagem e a transformação social, como apontado por Mehmood *et al.* (2020). Nesse sentido, a inovação social desafia as instituições sociais existentes através da ação colaborativa, desenvolvendo redes sociais mais amplas. As mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções das pessoas envolvidas na rede conduzem, por sua vez, a novas e melhores maneiras de promover ações colaborativas (CUNHA; BENNEWORTH, 2013).

Logo, o trabalho colaborativo, as parcerias e o envolvimento da comunidade são elementos potenciais de inovação social, favorecendo a criação de uma estrutura de rede eficaz (MANNING; ROESSLER, 2014). Tiwari (2017) destaca que, mesmo em ambientes de restrição de recursos, as comunidades são capazes de usar as forças sociais existentes, os mecanismos de grupo e o trabalho coletivo e relacional para implementar novas ideias, visando alcançar as capacidades desejadas. Tiwari (2017) também destaca que essas capacidades desejadas são transformadas em capacidades alcançadas pelo processo de inovação social.

Como principais barreiras para a prática da extensão universitária, foi possível perceber a falta de suporte administrativo, as restrições financeiras e a falta de incentivo ao professor, o que se assemelha às barreiras também apontadas por Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010). Por outro lado, os principais facilitadores são a disposição dos coordenadores de extensão e a vinculação com a missão da universidade, conforme ressaltado também por Kumari *et al.* (2020). No contexto dos alunos, as principais barreiras estão na dificuldade de conciliar a vida acadêmica com as atividades de extensão ou a falta de interesse em ações extensionistas. Os principais facilitadores estão no engajamento dos professores e no reconhecimento institucional.

Assim, é possível observar que o projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um Auditor Social” tem potencial para fomentar a transparência pública e o controle social, de modo a fortalecer a democracia e a cidadania, levando ao compartilhamento de conhecimentos de forma clara e contribuindo para a formação de futuros auditores sociais, o que

corroborar o estudo de Almeida *et al.* (2018). A efetividade do projeto de extensão pode ser comprovada logo durante a oferta das oficinas, seja demandando informações nos portais de transparência governamental, multiplicando o conhecimento adquirido, ou replicando as oficinas temáticas nas comunidades, nas redes sociais ou em outros espaços interativos.

Contudo, percebe-se que realizar as oficinas em lugares próximos da comunidade possibilitaria mais sinergia, interligação e aprendizagem, propiciando espaços para gerar inovações sociais, pois, entrelaçando os conhecimentos e os saberes em um processo de aprendizagem recíproco, é possível vislumbrar uma interligação entre a troca de conhecimento universitário e a ocorrência de inovação social, visto que a intervenção junto à sociedade pode propiciar espaços para a mobilização e para a aprendizagem, além de promover mudanças (CUNHA; BENNEWORTH, 2013; ELLIOT, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva contemporânea da universidade, é preciso compreender a extensão como um instrumento efetivo de mudança da universidade e da sociedade na busca por justiça social e pelo fortalecimento da democracia e da cidadania, além de entendê-la como um caminho no enfrentamento desses desafios por meio de políticas públicas (FORPROEX, 2012). Para tanto, é necessário que a extensão seja orientada pelo diálogo, pela troca de saberes, pelo compartilhamento, pela participação e pela integração. É necessário, sobretudo, que saia dos “muros” da universidade.

Compreende-se que o modelo de dimensões de inovação social proposto por Tardif e Harrisson (2005) adere ao contexto do projeto de extensão investigado, visto que evidencia como as atividades das oficinas, cocriadas entre professores e alunos, contribuíram para a aprendizagem do trabalho coletivo, e como a participação efetiva viabilizou a formação de redes e de parcerias para a potencialização da aprendizagem e para a transformação social, reconhecendo o potencial inovador e social do projeto por meio da integração de professores e alunos, tanto na produção de novas metodologias de ensino quanto na oportunidade de levar novos conhecimentos, inclusão e empoderamento para a comunidade.

De modo não exaustivo, tem-se como limitação o escopo do público entrevistado, restrito aos alunos que participaram do projeto, não abordando outros atores envolvidos no programa, bem como o próprio recorte temporal, que avalia uma percepção de momento específico. No entanto, isso não prejudica o resultado da pesquisa, que visava apresentar o valor percebido, principalmente pelos discentes. Em função disso, o

estudo se remete a pesquisas futuras, com a possibilidade de entrevistas com outros atores envolvidos no projeto, inclusive membros da sociedade que participaram do projeto, bem como o Decanato de Extensão (DEx), pois, dessa forma, é possível aprofundar o tema da capacitação e da aplicação prática do conhecimento, visto que os resultados apresentados se limitam à percepção do coordenador e dos alunos partícipes do projeto e aos dados secundários analisados.

Outro caminho potencial de estudos futuros é a pesquisa longitudinal, ou seja, como os valores foram percebidos ao longo do tempo, quais variáveis contextuais influenciam a percepção dos atores, ou mesmo se as barreiras estão sendo superadas, e como isso tem influenciado os resultados do projeto. Além disso, o modelo de dimensões de inovação social proposto por Tardif e Harrisson (2005) pode ser aplicado em outros projetos de extensão no Brasil para verificar as necessidades de melhorias e adequações. Por outro lado, apesar de o modelo adotado aderir ao contexto acadêmico investigado, sugere-se que novos estudos explorem outros contextos além do universitário, destacando convergências e, sobretudo, possíveis divergências com a literatura, sob uma perspectiva crítica.

São sugeridas, ainda, investigações da relação entre inovação social e projetos de extensão realizados em outras Instituições de Ensino Superior, sejam elas públicas ou privadas, para identificar possíveis variáveis que permitam avanços sobre as possibilidades e os impactos da inovação social para avanços da produção científica. Recomenda-se, também, pesquisas com a utilização de metodologias quantitativas, a fim de construir métricas e indicadores para a inovação social – desafio árduo indicado por Mihci (2019) ao descrever a dificuldade de obter dados adequados e ter fonte de dados disponíveis – e de reconhecer que não há um conjunto de indicadores sistematicamente unificados para medir a inovação social.

Considerando, portanto, que a educação é o sistema central para a inovação social e que, nesse sistema, valores fundamentais são criados e transmitidos, além de se adquirir *know-how* e conhecimento tecnológico, social, econômico e cultural essenciais para o funcionamento da sociedade, bem como mudanças e adaptações a novos desafios (CUNHA; BENNEWORTH, 2013; ELLIOT, 2013), compreende-se que – apesar de o projeto ser aberto para alunos da universidade federal em questão, dos outros *campi* e da sociedade em geral – a universidade deva ser mais ativa, alcançando outros espaços. A universidade pode, por exemplo, realizar parcerias para a realização das oficinas em outras universidades, bem como em escolas de ensino médio ou em institutos federais, compreendidos como espaços multiplicadores de conhecimento. Espera-se, portanto, que as

Instituições de Ensino Superior sejam protagonistas ao propor novas soluções para o enfrentamento dos desafios sociais.

Entende-se que, ao integrar ensino, pesquisa e extensão, a universidade seja capaz de promover inovações e cocriar valor social, de modo que a união entre teoria e prática possa constituir o pilar da formação cidadã, e de modo que os alunos sejam instigados a criar soluções inovadoras, compreendendo profundamente os desafios sociais das comunidades. Espera-se, assim, que o meio acadêmico conecte pessoas, crie espaços, promova redes e democratize ações capazes de estimular modelos colaborativos e (re)combinações de conhecimentos na construção de uma sociedade melhor.

Por fim, conforme pôde ser evidenciado, a universidade pode promover a inovação social, e, nesse sentido, os projetos de extensão podem desempenhar papel importante na capacidade de gerar relações transformadoras que direcionem a sociedade para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Verificou-se, assim, o potencial inovador e social do projeto no sentido de integrar professores e alunos na produção de novas metodologias de ensino, e no sentido de levar novos conhecimentos, perspectivas, autonomia, inclusão e empoderamento para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. L.; SEABRA, C.; LAGES, L. F. Pedagogical affect, student interest, and learning performance. **Journal of Business Research**, v. 60, n. 9, p. 960-964, 2007.
- ALBERTI, A.; KLARESKOV, V. **Innovations in governance and public administration: replicating what works** (Vol. 1). United Nations Publications, 2006.
- ALMEIDA, A. L. C.; MACÊDO, J. B.; CORRÊA, K. G.; COSTA, A. J. B. Projeto de extensão "Controle social aprenda a ser um auditor social": relato de oficinas temáticas. **Revista Em Extensão**, v. 17, n. 1, p. 105-119, 2018.
- ATHANASIOU, A. Developing learner autonomy through collaborative learning in a higher education context. **Journal of Business & Society**, v. 20, p. 115-129.
- AVELINO, F.; WITTMAYER, J. M.; PEL, B.; WEAVER, P.; DUMITRU, A.; HAXELTINE, A.; KEMP, R.; JØRGENSEN, M. S.; BAULER, T.; RUIJSINK, S.; O'RIORDAN, T. Transformative social innovation and (dis)empowerment. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 195-206, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAYUO, B. B.; CHAMINADE, C.; GÖRANSSON, B. Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations – A systematic review of the literature. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 155, p. 1-11, 2020.
- CAROLI, M. G.; FRACASSI, E.; MAIOLINI, R.; PULINO, S. C. Exploring Social Innovation Components and Attributes: A Taxonomy Proposal. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 9, n. 2, p. 94-109, 2018.
- CNE. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.
- COSTA, A; SILVA, H; MICHELLETO, M; GONÇALVES, I; NASCIMENTO, L. Controle Social: oficina temática como metodologia pedagógica para formação de auditor social. **Participação**, v. 26, p. 27-38, 2014.
- CRISES. 2010. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. Disponível em: www.crisis.uqam.ca.
- CUKIER, W.; JACKSON, S. Social Innovation and University-Driven Refugee Resettlement, **Peace Review: A Journal of Social Justice**, v. 30, n. 2, p. 223-230, 2018.
- CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. EURA Conference, Enschede, The Netherlands, p. 1-31, 2013.
- DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.
- DEBNATH, S. C.; TANDON, S.; POINTER, L. V. Designing business school courses to promote student motivation: An application of the job characteristics model. **Journal of Management Education**, v. 31, n. 6, p. 812-831, 2007.
- ELLIOTT, G. Character and impact of social innovation in higher education. **International Journal of Continuing Education and**

Lifelong Learning, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2013.

FALQUETTO, J.; FARIAS, J. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. **5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, v. 3, p. 560-569, 2016.

FELTEN, P.; BOVILL, C.; COOK-SATHER, A. (2014). Engaging students as partners in learning and teaching (1): benefits and challenges—what do we know? **Conference: International Consortium on Educational Development**, p. 1-4.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/PNEU.pdf>.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Social Innovation and Human Development – How the Capabilities Approach and Social Innovation Theory Mutually Support Each Other. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 18, n. 2, p. 163-180, 2017.

JACOBI, N. V.; CHIAPPERO-MARTINETTI, E. Social Innovation, Individuals and Societies: An Empirical Investigation of Multi-layered Effects. **Journal of Social Entrepreneurship**, p. 1-31, 2017. DOI: 10.1080/19420676.2017.1364288.

KIMBELL, L.; JULIER, G. Confronting bureaucracies and assessing value in the co-production of social design research. **International Journal of CoCreation in Design and the Arts**, p. 1-16, 2019. DOI: 10.1080/15710882.2018.1563190.

KREBS, P.; HOLDEN, B.; WILLIAMS, A.; BASUALDO, M.; SPENCE, C. A comprehensive action plan information system: A tool for tracking and mapping quality of life action implementation and planning. **Social Indicators Research**, v. 85, n. 1, p. 127-144, 2008.

KUMARI, R.; KWON, K. S.; LEE, B. H.; CHOI, K. Co-Creation for Social Innovation in the Ecosystem Context: The Role of Higher Educational Institutions. **Sustainability**, v. 12, n. 307, p. 1-21, 2020.

MANNING, S.; ROESSLER, D. The formation of cross-sector development partnerships: how bridging agents shape project agendas and longer-term alliances. **Journal of Business Ethics**, v. 123, n. 3, p.

527-547, 2014.

MEHMOOD, A.; MARSDEN, T.; TAHERZADEH, A.; AXINTE, L. F.; REBELO, C. Transformative roles of people and places: learning, experiencing, and regenerative action through social innovation. **Sustainability Science**, v. 15, p. 455-466, 2020.

MIHCI, H. Is measuring social innovation a mission impossible? **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, p.1-31, 2019. DOI: 10.1080/13511610.2019.1705149.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: National endowment for science, technology and the art, 2010.

NORMAN, D. A.; VERGANTI, R. Incremental and radical innovation: Design research vs. technology and meaning change. **Design issues**, v. 30, n. 1, p. 78-96, 2014.

RAVAZZOLI, E.; VALERO, D. E. Social innovation: An instrument to achieve the sustainable development of communities. *In*: LEAL FILHO, W., AZUL, A. M. (Eds). **Sustainable Cities and Communities**. 2020.

RESTLER, S. G.; WOOLIS, D. D. Actors and factors: Virtual communities for social innovation. **Electronic journal of knowledge management**, v. 5, n. 1, p. 89-96, 2007.

SOUZA, A. C. A. A.; SILVA-FILHO, J. C. L. Dimensões da Inovação Social e Promoção do Desenvolvimento Econômico Local no Semiárido Cearense. XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2014.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. **Complémentarité, convergence et transversalité**: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES (n. 513). CRISES, 2005.

TERSTRIEP, J.; REHFELD, D.; KLEVERBECK, M. Favourable social innovation ecosystem(s)? – An explorative approach. **European Planning Studies** p.1-25, 2020. DOI:10.1080/09654313.2019.1708868.

THOMAS, E.; PUGH, R. From 'entrepreneurial' to 'engaged' universities: social innovation for regional development in the Global South. **Regional Studies**, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00343404.2020.1749586>.

TIWARI, M. Exploring the Role of the Capability Approach in Social Innovation, **Journal of Human Development and Capabilities**, p.

1-16, 2017. DOI: 10.1080/19452829.2016.1271312.

UNCETA, A.; CASTRO-SPILA, J.; FRONTI, J. G. The three governances in social innovation, **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, p. 1-15, 2017. DOI: 10.1080/13511610.2017.1279537.

VAN WIJK, J.; ZIETSMA, C.; DORADO, S.; BAKKER, F. G. A.; MARTÍ, I. Social Innovation: Integrating Micro, Meso, and Macro Level Insights from Institutional Theory. **Business & Society**, v. 58, n. 5, p. 887-918, 2019.

VORLEY, T.; NELLES, J. (Re)conceptualising the academy. **Higher Education Management and Policy**, v. 20, n. 3, p. 1-17, 2008.

YEE, J.; RAIJMAKERS, B.; ICHIKAWA, F. Transformative Learning as Impact in Social Innovation, **Design and Culture: The Journal of the Design Studies Forum**, p. 1-24, 2019. DOI: 10.1080/17547075.2019.1567984.

CURRÍCULOS

* Doutoranda em Administração. Universidade de Brasília.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5248369380590215>

** Doutor em Administração. Universidade de Brasília.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1397894116022014>

*** Doutora em Administração. Universidade de Brasília.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8876142292537855>

**** Doutor em Administração. Universidade de Brasília e Faculdade SENAC/DF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1854197110171864>